

## Telerradiologia: desafios a enfrentar para a quebra de um paradigma na especialidade

*Luiz Felipe Nobre<sup>1</sup>, Aldo Von Wangenheim<sup>2</sup>*

Com a chegada do novo milênio, a informação tem se transformado em uma das principais matérias-primas sobre as quais a sociedade contemporânea baseia seu desenvolvimento. A aplicação de modernas tecnologias de informática tem possibilitado, através do intercâmbio eficiente da informação, inúmeras novas abordagens na atividade médica, as quais podemos agrupar sob o termo telemedicina.

A Radiologia é uma das especialidades que mais tem se beneficiado com o desenvolvimento da telemedicina, mais especificamente nas áreas do telediagnóstico, segunda-opinião especializada (teleconsultoria) e ensino a distância. No Brasil, múltiplas experiências acadêmicas e privadas têm sido desenvolvidas em telerradiologia. Entretanto, no momento em que passamos a vivenciar esta nova realidade, é fundamental que estejamos atentos para questões até então inéditas, mas que necessariamente devem ser discutidas para que estabeleçamos as diretrizes técnicas, éticas e profissionais que permitam o uso seguro e proveitoso dessas novas ferramentas.

Em nosso país, é recente o início deste debate, que vem ocorrendo de forma sistematizada em dois grandes grupos: o primeiro, essencialmente filosófico e focado em questões de ensino e telediagnóstico, com a visão voltada para a defesa da especialidade; e o segundo, com maior orientação técnica e política, em que a abordagem é multidisciplinar, e a Radiologia é co-participante no processo de discussão, desenvolvimento e implantação de normas para telemedicina no Brasil.

1. Doutor em Medicina – Radiologia, Membro da Comissão de Telerradiologia do CBR e Coordenador da Rede Catarinense de Telemedicina (UFSC e SES/SC).

2. Doutor em Ciências da Computação, Coordenador do Projeto Cyclops – Laboratório de Telemedicina/UFSC e do CEET em Informática Médica/ABNT.

O primeiro grupo tem trabalhado no âmbito da recém-criada Comissão de Telerradiologia do CBR, com discussões em torno das aplicações de ensino a distância (EAD) e teleassistência. A ferramenta EAD parece ser bastante apropriada para facilitar as tarefas de educação continuada e revalidação do título de especialista, e em breve será adotada pelo CBR. Em relação aos projetos de telerradiologia assistencial, duas realidades diferentes têm sido motivo de calorosas e produtivas discussões. É inquestionável que uma das principais vantagens da telerradiologia é a possibilidade de vencer distâncias por meio da transmissão de imagens e laudos, levando a opinião do radiologista a locais distantes dos grandes centros, onde uma parcela considerável da população brasileira encontra-se desassistida pela especialidade. Em projetos de saúde pública, a teleassistência especializada, realizada de modo compartilhado com um médico generalista a distância, pode salvar muitas vidas em um país de dimensões continentais como o Brasil, devendo ser defendida por todo profissional ciente de sua responsabilidade social. Entretanto, devemos também nos precaver ante a “terceira onda” da globalização, sobretudo nas grandes cidades, onde grandes grupos investidores interessados em melhorar seus resultados no “negócio-diagnóstico por imagens” elaboram projetos de centrais de laudos visando reduzir o número de radiologistas por exame realizado, o que pode gerar desemprego ou subempregos em nossa área de atuação. Neste caso, em projetos privados de telerradiologia, a exigência da presença de um especialista titulado pelo CBR em cada ponto a distância parece ser a melhor solução a ser adotada.

O segundo grupo tem realizado um debate mais técnico e político, com uma visão que extrapola os limites da especialidade. Neste ano de 2006 foram criados dois importantes fóruns de discussão relacionados a telessaúde e informática em saúde no Brasil. O primeiro, denominado

Comitê Permanente de Telessaúde, acontece no Ministério da Saúde, reunindo representantes de instituições públicas e acadêmicas de todo o país. Através do intercâmbio de informações e experiências, este grupo tem avançado bastante na proposição de projetos nacionais prioritários em tele-educação aplicada à rede básica de saúde, e em telediagnóstico assistencial. O segundo fórum, denominado Comissão Especial de Estudos Temporária de Normalização em Informática na Saúde, acontece na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, com a participação de representantes de instituições governamentais, acadêmicas, de classe, e também de empresas de tecnologia e equipamentos médicos. Este grupo, cuja principal tarefa é formalizar a normalização técnica brasileira para o setor,

com reconhecimento segundo normas internacionais ISO, foi recentemente dividido em quatro grandes subgrupos de trabalho nas áreas de Modelos e Conceitos, Comunicação e Equipamentos, Terminologia e Segurança.

Dessa forma, é fundamental que compreendamos que, embora a oferta de sistemas de arquivamento e transmissão de imagens médicas (PACS) pelo mercado tenha ocorrido em nosso país de maneira bastante ágil nos últimos anos, gerando a idéia de que praticar telerradiologia significaria apenas ter um destes equipamentos instalados em nossa clínica ou hospital, muito ainda temos que avançar em termos de definição de critérios éticos e técnicos para que possamos praticar com segurança essas diferentes aplicações da telerradiologia no Brasil.